



Revoga o inciso I do artigo 65 do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. Esta Lei revoga a circunstância atenuante de pena em razão da idade do agente, prevista no Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940.

Art. 2º. Fica revogado o inciso I do art. 65 do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O nosso código penal carece de ajustes em diversos aspectos, principalmente devido à sua falta de atualização, não sendo diferente para este dispositivo que é a circunstância de atenuação permanente de pena em razão da idade do agente.

Tal benefício foi imputado nesta lei há muitas décadas, não fazendo mais sentido atualmente. É consenso geral que um maior de 18 anos e menor de 21 anos são plenamente capazes de entenderem, com clareza, as consequências dos próprios atos delitivos e, por eles, responderem conforme o código penal, sem abrandamento na hora da aplicabilidade da pena.

O Código Civil, que é uma legislação moderna, dispõe que a menoridade cessa aos 18 anos completos, ou seja, a pessoa está habilitada a prática de todos os atos civis.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 14, § 1º, Inc. II, alínea “c”, prevê, mesmo que em caráter facultativo, o direito de sufrágio ao cidadão com 16 (dezesseis) anos de idade; ou seja, entende o legislador constituinte que o jovem de 16 anos é plenamente capaz de votar no mais alto cargo de gestão do país.

Sendo assim, por que o mesmo jovem de 16/17 anos não pode responder por seus atos criminalmente? Diante dos fatos, entendemos que o nosso ordenamento penal também precisa ser atualizado.





Todavia, tal atualização passa também pela revogação do inciso I do art. 65, que beneficia tanto o agente menor de 21 (vinte e um) anos e maior de 18, como o agente que tenha, à época do cometimento do fato delituoso, a idade maior que 70 (setenta) anos. Dessa forma, aumentar-se-á a responsabilidade do maior de idade em sua plenitude.

E em face do exposto, contamos com o apoio dos nossos nobres pares para que este projeto de lei possa prosperar.

Sala das Comissões, de Abril de 2023.

DEPUTADO CABO GILBERTO SILVA
PL/PB

